Segunda parte

Parasitismo e degeneração

Manoel Bomfim

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BOMFIM, M. Parasitismo e degeneração. In: *A América latina: males de origem* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 17-30. ISBN: 978-85-99662-78-6.
<https://doi.org/10.7476/9788599662786.0003>.

This work is free of known copyright restrictions. <http://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/>

Este trabalho está livre de restrições de direito de autor e/ou de direitos conexos conhecidas.
<http://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/>

Esta obra está libre de restricciones conocidas de derechos autorales. <http://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/>

SEGUNDA PARTE

PARASITISMO E DEGENERAÇÃO

Organismos biológicos e organismos sociais

La biologie doit d'abord fournir le point de départ nécessaire de l'ensemble des spéculations sociales, d'après l'analyse fondamentale de la sociabilité humaine et des diverses conditions organiques qui déterminent son caractère propre.

Auguste Comte

I

Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse velo de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos. Muito se tem abusado deste processo de crítica, cujo vício, em verdade, não consiste em considerar as sociedades – digamos os grupos sociais – como organismos vivos, sujeitos, por conseguinte, a todas as leis que regem a vida e a evolução dos seres, mas em considerá-los como simples organismos biológicos. Em suma, não é o conceito que é condenável, e sim a estreiteza de vistas com que o aplicam à crítica dos fatos sociais, mais complexos, sem dúvida, que os fatos biológicos, pois dependem das leis biológicas, e ainda das leis sociais, peculiares a eles. Uma verdade, porém, é hoje universalmente aceita – que as sociedades existem como verdadeiros organismos, sujeitos como os outros a leis categóricas. Deste consenso unânime vem – exatamente o considerar-se a sociologia como ciência, isto é – o estudo de um conjunto de fatos dependentes de leis fatais, tão fatais como as da astronomia ou da química, fatos estreitamente dependentes e relacionados, e pelos quais nos é dado perceber a sociedade como uma realidade à parte, cujas ações, órgãos e elementos são perfeitamente acessíveis ao nosso exame. Nenhum homem verdadeiramente pensante desconhece, hoje, esta noção, elementar em ciência social: “As sociedades obedecem a leis de uma biologia diversa da individual nos aspectos, mas em essência idêntica”.

Como organismos vivos, as sociedades dependem não só do meio, não só das condições de lugar, mas também das condições de tempo. Quer dizer: para estudar convenientemente um grupo social – uma nacionalidade no seu estado atual, e compreender os motivos pelos quais ela se apresenta nestas ou naquelas condições, temos de analisar não só o meio em que ela se acha, como os seus antecedentes. Uma nacionalidade é o produto de uma evolução; o seu estado presente é forçosamente a resultante de ação do seu passado, combinada à ação do meio. É mister estudá-la “no tempo e no espaço”; a linguagem é um pouco pretensiosa e rebarbativa, mas exata. Isto mesmo sucede com os organismos biológicos: se, num espaço, num meio muitas vezes restrito, único e igual, encontramos organismos de uma diversidade infinita, é porque eles não dependem só do meio atual, mas também das condições e formas anteriores, que a hereditariedade conserva – representam uma herança adaptada. É por isso, ainda, que uns se mostram mais perfeitos do que outros; é nestes – nos mais perfeitos – que a adaptação é mais completa; neles, o passado não pesa tão fortemente que embarace as adaptações indispensáveis. Isto se dá quanto às espécies, e se dá também quanto aos indivíduos em particular. Que vem a ser a doença? Uma inadaptação do organismo a certas condições especiais. Por que razão nem todos os indivíduos adoecem ao mesmo tempo, por uma mesma causa? Porque uns são mais resistentes; quer dizer, mais adaptáveis a essas causas do que outros. A vacina, o grande recurso terapêutica-higiênico moderno, é uma adaptação artificial, provoca da, do organismo a certos agentes mórbidos. Por que motivo uns tantos indivíduos enlouquecem no curso de certas crises morais, ou sofrem do aparelho circulatório por efeito de uns tantos excessos, ou se intoxicam facilmente? Porque herdaram uma tal incapacidade (diz-se “falta de resistência”) a adaptar-se a essas crises, a esses excessos, ou a esses agentes de contágio. É por esta razão que o médico, em face de um doente destes, não deixa de reportar-se ao passado; é o estudo, o conhecimento deste passado que o vai instruir definitivamente, e dizer se o indivíduo pode, ou não, curar-se. A cura depende, em grande parte, da importância desse “histórico”, principalmente quando as condições presentes são relativamente favoráveis, e são tais que a elas o indivíduo se poderia adaptar facilmente, se não tivesse contra si uma herança funesta. Então, num tal caso, o empenho do clínico é dirigido, todo, não contra o meio atual, pois que este é propício – mas contra o passado, para vencê-lo e eliminá-la. Tal é o caso do médico chamado para um enfermo, jovem, tendo todas as razões para ser forte, havendo em torno de

si tudo de que um organismo humano pode precisar para o seu perfeito desenvolvimento – e que, no entanto, se apresenta débil e perturbado desde o nascimento, mal constituído, retardado em sua evolução, caprichoso e incoerente. Imediatamente, o prático se voltará para os antecedentes do doente, e aí buscará a causa do mal atual e os meios eficazes de combatê-lo.

II

Tal é o caso das nacionalidades sul-americanas. Aparentemente, não há nada que justifique ou explique esse atraso em que se vêem, as dificuldades que têm encontrado no seu desenvolvimento. O meio é propício, e por isso mesmo, diante desta anomalia, o sociólogo não pode deixar de voltar-se para o passado a fim de buscar as causas dos males presentes. Há um outro fato a indicar bem expressamente que é nesse passado, nas condições de formação das nacionalidades sul-americanas, que reside a verdadeira causa das suas perturbações atuais: é que, por um lado, estas perturbações, estes males são absolutamente os mesmos – mais ou menos atenuados – em todas elas; e, por outro lado, estes povos tiveram a mesma origem, formaram-se nas mesmas condições, foram educados pelos mesmos processos, e esses males eles os vêm sofrendo desde o primeiro momento. Pois, se os antecedentes são comuns, se os sintomas são os mesmos, se estes se continuam com aqueles – é bem natural que nestes antecedentes esteja a verdadeira causa.

Procedamos como procederia um sociólogo avisado; analisemos esse passado, e vejamos até que ponto por ele se explicam os vícios atuais, até que ponto tais vícios derivam da herança e educação recebida. Estudemos as condições sociais e políticas, o caráter e as tradições dos povos que formaram as nacionalidades sul-americanas; estudemos os processos que presidiam à constituição primeira destas sociedades. Acaso estarão aí as origens destes vícios – dos maus hábitos, que hoje tanto pesam sobre estes povos infelizes. Vejamos como se formaram os costumes políticos, reconhecidamente maus, de que somos implacavelmente acusados.

Ao fazer este exame necessário da vida e do caráter das nações colonizadoras da América do Sul, um fato impõe-se logo à nossa atenção: é que elas padecem, com as naturais modificações de meio – os mesmos males que as nações da América Latina. Nas duas – Espanha e Portugal,

que, no caso, figuram como uma unidade – o mesmo atraso geral: uma geral desorientação, porventura, um certo desânimo, falta de atividade social, mal-estar em todas as classes, irritação constante e, sobretudo, uma fraqueza tão acentuada que a muitos se afigura, também, como uma incapacidade essencial a manterem-se soberanas e livres a par dos outros povos. Isto é muito para notar, principalmente porque essas nações foram, em tempos relativamente bem próximos, excepcionalmente poderosas, ricas e adiantadas. Houve um momento, há pouco mais de três séculos, em que a Espanha dominou a Europa e avassalou o mundo, quase inteiro. Nessa época, os povos ibéricos estiveram efetivamente na vanguarda do progresso; a civilização da península foi das mais brilhantes e fecundas, nesse momento efêmero. Arrancando-se a um domínio estrangeiro, aqueles povos se constituíram em nacionalidades, perfeitas para a sua época, vigorosas, ativas, brilhantes; o seu poder era incontestável em terra, e absoluto nos mares; as suas energias ofuscaram, então, a história dos outros povos: “...Num momento, fomos como deuses, diz um historiador da península, porque tivemos a onipotência!” E é verdade. Mas é destino dos deuses passar, decair, desaparecer; porventura, o escritor, justamente comovido por esse passado glorioso, buscara tal aproximação – entre a história da sua pátria e o ciclo das divindades, para poder explicar, a si mesmo, a queda, a decadência da Espanha, em virtude de qualquer fatalidade universal, que lhe permita conservar, mesmo agora, o orgulho de quem foi deus – decaído embora. Bem decaído!... A Espanha não é hoje a sombra, sequer, do que foi no século XVI. Então, ela era a primeira entre as nações da Europa; depois, enquanto as outras continuavam a progredir, mantendo, com pequenas alternativas, a sua posição no conjunto do mundo civilizado, a Espanha entrou a atrasar-se, a atrasar-se, até vir figurar entre as mais fracas e mesquinhas das nações cultas. No correr da Idade Média, até o século XVI, os povos da Europa organizam-se socialmente; definem-se as instituições, ligam-se as raças, difundem-se entre as nações bárbaras os princípios da cultura latina, que é assimilada, adaptada às tradições e à índole de cada grupo; integram-se as nacionalidades sob nova forma, surgem as nações modernas – soberanas, livres, caracterizadas, e entre elas surge a Espanha, mais bem caracterizada que nenhuma outra, havendo sofrido uma elaboração infinitamente mais difícil e complexa. O progresso geral continua; agora, é a ciência, a filosofia, o estudo direto da natureza; e, enquanto os outros povos se mantêm participando do progresso científico e artístico do século, a península declina. No correr do século XVII e do

XVIII, a Ibéria, que havia dado ao mundo Cervantes, Camões, Murilo, Lope de Vega, Ribera... desaparece, evolui, degenera; não se vê um só nome espanhol ou português entre os homens que fundam a cultura moderna e dominam a natureza, ou naqueles que refazem a filosofia racionalista, que iluminará as gentes na conquista da justiça e da liberdade. Ao passo que os outros povos completam a sua evolução, e se estabelecem definitivamente sobre o solo, aplicando às necessidades reais da vida as descobertas da ciência, e criam a indústria moderna, e normalizam o trabalho, e fundam a riqueza estável pela produção inteligente, e completam o seu desenvolvimento econômico, tornando-se produtores, a Espanha desaparece desse concurso do progresso. Enquanto os ânimos, fortalecidos pela ciência, vão lutando e se vão libertando, aqui e ali, aos poucos, mas continuamente, até chegar a esse estado de emancipação de espírito dos fins do século XIX, a Espanha apropria-se da Inquisição para eliminar sistematicamente todas as aspirações de liberdade e ergue em sistema a escravidão espiritual – degrada-se...

III

Por quê?...

Antes de buscar a resposta a esta pergunta, analisemos, em suas linhas gerais, os fatos que se passam em certos organismos animais que se tornam parasitas.

Há um animal marinho – o *Chondracanthus gibbosus*, cuja organização é, à primeira vista, tão simples e rudimentar que, por muito tempo, os naturalistas o classificaram entre os vermes – os vermes inferiores. Em verdade, o animal é constituído, apenas, por uma massa informe, de tecido frouxo, onde não se vêem quase órgãos diferenciados, a não ser os colchetes com que ele se apega à sua vítima, e os órgãos genitais, desenvolvidíssimos. Fixado ao animal que o nutre, o *Chondracanthus* resume toda a atividade vital em sugar a seiva nutritiva, que ele já encontra elaborada, pronta a ser assimilada e apropriada para a nutrição íntima dos tecidos, e em reproduzir-se. É nessas condições que o animal adulto se apresenta: parasita, rudimentar, e “inferior” – a ponto de ser considerado um verme.

Estudando, porém, a sua evolução completa, notaram os naturalistas um fato anômalo: que, nos períodos de vida embrionária e larvar – quando a sua organização deverá ser mais simples ainda – ela é exatamente muito mais complexa e perfeita. Em estado adulto, o animal não apresenta nem órgãos locomotores livres, nem tegumento protetor, nem centros nervosos desenvolvidos, nem órgãos sensoriais, nem aparelho digestivo completo; no entanto, no estado larvar, existem todos estes órgãos e aparelhos; depois, à medida que o animal se vai desenvolvendo em volume, eles se atrofiam, desaparecem. É tão perfeita a larva do *Chondracanthus*, que os naturalistas tiveram de reconhecer que não se tratava de uma larva de verme; breve, reconheceram também que ela é inteiramente semelhante às larvas de uma classe de animais bem superiores – os crustáceos. E a conclusão se impôs: o *Chondracanthus* é um crustáceo, do grupo dos copepodos; se, no estado adulto, ele se apresenta rudimentar como um verme, é porque degenerou.

Por que razão degenerou ele? Por que se atrofiaram e desapareceram todos esses órgãos, em cuja síntese e harmonia se acusava uma organização superior? Simplesmente porque o *Chondracanthus* se fez parasita. Foi o parasitismo que reduziu o copepodo a esta condição de inferioridade e degradação, e por um processo bem fácil de perceber.

É princípio fundamental- e corriqueiro – de biologia: que a função faz o órgão. Quer dizer, o exercício constante de um órgão aperfeiçoa-o, desenvolve-o, adapta-o de mais em mais à função; modifica-o, transforma-o. O mesmo órgão pode servir a misteres inteiramente diversos; mas, neste caso, ele se alterará, dobrando-se às funções que executa: a asa do morcego, a pata dianteira do cavalo, a mão do homem, a pata da topeira, a mão da preguiça, a barbatana da baleia – é o mesmo órgão, um órgão primitivamente locomotor, mas que se modificou pelo exercício, adaptando-se, aqui ao voo, ali à marcha, à preensão, à escavação, à suspensão, à natação... Noutros animais – nas serpentes, estes órgãos, deixando de funcionar, atrofiaram-se, desapareceram, como desapareceu a cauda de certos vertebrados. O exercício não só aperfeiçoa o órgão, como é a condição indispensável à sua integridade fisiológica e anatômica. Os animais das cavernas onde não penetra luz, e dos abismos, porque não têm ocasião de servir-se dos olhos, perderam estes órgãos; pela falta de exercício o aparelho da visão atrofiou-se, desapareceu; em compensação, os órgãos do tato tomaram um grande desenvolvimento e mostram uma perfeição muito maior do que no comum dos outros animais.

Na vida completa, o animal tem ocasião de pôr em contribuição todos os seus órgãos; exercita-os harmonicamente, e, no esforço, na luta contra a natureza, ora fugindo às suas inclemências, ora tirando dela a subsistência, o ser vivo vai aperfeiçoando cada um dos seus aparelhos; o progresso orgânico é o resultado do esforço contínuo e do exercício combinado de todos os órgãos na luta pela vida. Esta é uma verdade indiscutida hoje, verdade básica das doutrinas biológicas universalmente aceitas.

Colocai um organismo em condições de vida que o dispensem de exercitar os seus órgãos sensoriais e locomotores, e estes se atrofiarão fatalmente. Foi o que sucedeu com o *Chondracanthus*: era um crustáceo livre, inteligente – do grau de inteligência que possui o comum dos crustáceos, provido de todos os instrumentos – órgãos e aparelhos – indispensáveis para guiá-lo na procura dos alimentos, ir ao encontro deles, fugir aos perigos, apanhar as substâncias nutritivas, levá-las à boca, triturá-las, digeri-las; munido de um tegumento que o protegia dos choques exteriores. Por uma circunstância qualquer, ele se achou um dia sobre uma presa viva; tirou dela o alimento; deu-se bem, voltou ainda... Então, ele era apenas um animal depredador. Depois, nem mais se afastou da sua vítima, apegou-se a ela, fixou-se definitivamente, e todo o seu esforço ou trabalho vital se resumiu, deste momento em diante, em sugar o animal a que se prendia. Aí encontra ele tudo; a vida lhe é muito mais fácil do que se, da natureza, tivesse de tirar diretamente o sustento. Está garantido contra os choques exteriores – por isso o tegumento se adelgaça, a sensibilidade se embota; os órgãos locomotores atrofiam-se também, assim como os de preensão, ataque e defesa, pois que o animal está num meio de temperatura constante, onde não lhe chegam as impressões irritantes do mundo exterior, e não precisa andar, nem apanhar o alimento, nem mastigá-lo. Fatalmente, um tal regime se reflete sobre a inteligência, e esta se amesquinha, decai, também. A inteligência nutre-se e enriquece às custas das impressões e imagens ávidas do mundo exterior; ela se desenvolve na luta pela conquista dos alimentos, e para escapar aos perigos; num animal que tenha o sustento garantido e a vida abrigada, conservando-se ao mesmo tempo em condições de não receber impressões exteriores – num tal animal, a inteligência atrofia-se necessariamente. Assim, é uma consequência fatal em biologia que, tornando-se parasita, um organismo degenera, involui.

Causa da Degeneração

I

Sucedará o mesmo com os organismos sociais? Sim; é impossível negá-lo. Uma causa deprimente e perniciosa para os indivíduos em particular não pode deixar de ser perniciosa e deprimente para a sociedade no seu total. Os organismos sociais regem-se por leis peculiares a eles, mas estas leis não podem estar em oposição com as que regem a vida dos elementos sociais em particular; o todo participa das qualidades das partes, e delas depende. O vigor de um organismo representa a soma de vigor dos elementos que o constituem; uma condição que é nociva a esses elementos considerados individualmente é fatalmente nociva ao organismo. É noção banal em sociologia que o progresso social se faz segundo um paralelismo perfeito com o progresso orgânico – diferenciação dos órgãos, especialização das funções, divisão do trabalho – estas são as condições indispensáveis à perfeição.

Isto é assim nos organismos biológicos, como nos organismos sociais. Um animal inferior é um saco; no interior deste saco – constituído por um tecido quase homogêneo, cumprem-se todas as funções – digestão, respiração, circulação; é este saco que se contrai e desloca o animal; não há órgãos diferenciados, nem funções especiais, nem trabalho particularizado, em grupos diversos de tecidos. Um animal superior é um conjunto de órgãos perfeitamente diferenciados, adstritos a funções especializadas, divididas e subdivididas; a digestão, que ali se fazia em comum com todas as outras funções vitais, aqui se multiplica em funções especiais, executadas por uma série de órgãos – dentes, língua, faringe, esôfago, estômago, glândulas várias, tubo digestivo etc. – órgãos que dividem entre si o trabalho, e são constituídos por elementos diversos. Numa sociedade primitiva, inferior, os indivíduos vivem todos sensivelmente nas mesmas condições; cada família executa o conjunto de misteres essenciais à vida: planta, colhe, cria, fia o tecido com que se veste; a vida social se resume a um número restrito de funções, que são executadas em comum, indistintamente, por todos. Numa sociedade adiantada, há verdadeiros órgãos distintos, uma especialização complicadíssima de funções, e uma divisão de trabalho, às vezes exagerada. Numa cidadezinha do interior, de vida rudimentar, cada senhora faz o seu vestido; em compensação, ele é um

modelo de mau gosto. Nos grandes centros civilizados – não só há categorias de pessoas que se encarregam deste mister, como, entre essas pessoas, há uma divisão de trabalho que vai ao extremo limite – umas para as saias, outras para os coletes, outras para os casacos, outras para as mangas; e estas ainda dividem o trabalho – umas fazem casas, outras pregam botões, outras cosem à máquina. Assim, cada uma se especializa de tal forma, na sua função, que esse trabalho é perfeito, e perfeita vem a ser toda a obra.

Se a marcha do progresso e da evolução é a mesma nos organismos biológicos e nos sociais, é fatal que as circunstâncias capazes de entravar esse progresso nos primeiros há de forçosamente produzir os mesmos efeitos nos segundos. Demais, o simples exame do fato em si é bastante para mostrar que um grupo, um organismo social, vivendo parasitariamente sobre outro, há de fatalmente degenerar, decair, degradar-se, evoluir, em suma. Em que consiste, em última análise, o progresso social? No desenvolvimento da inteligência, pelo esforço contínuo para aproveitar do melhor modo possível os recursos havidos da natureza, da qual tiramos a subsistência, e no apuro dos sentimentos altruísticos, que tornam a vida cada vez mais suave, permitindo uma cordialidade maior entre os homens, uma solidariedade mais perfeita, um interesse maior pela felicidade comum, um horror crescente pelas injustiças e iniquidades... Ora, uma sociedade que viva parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza; não sente necessidade de apurar os seus processos, nem de pôr em contribuição a inteligência, porque não é da natureza diretamente que ela tira a subsistência, e sim do trabalho de outro grupo; com o fruto desse trabalho ela pode ter tudo. Não há mais necessidade de ver, observar, guardar a experiência e manter-se em contato com a natureza. Deriva daí que não há o esforço íntimo para conhecer as coisas e os fenômenos, pois que as necessidades são satisfeitas; nem há o estímulo contínuo, vivaz e eternamente novo, da natureza sobre o nosso entendimento, visto como vivemos dela afastados. Em tais condições, é lógico que a inteligência não poderá progredir, decairá.

E o sentimento? E a moralidade?... Não será preciso insistir sobre este ponto. Como se poderão desenvolver e apurar os sentimentos altruísticos, de justiça e equidade, de cordialidade e amor, numa sociedade que sucede viver, justamente, de uma iniquidade – do trabalho alheio?... Há quem objete: nada impede que esses sentimentos existam, e se

desenvolvam, exclusivamente, entre os membros da mesma sociedade, e assim progridam. São objeções de espíritos pobres de humanidade e de compreensão. Esses sentimentos de bondade e justiça têm forçosamente um fundo instintivo, independente de qualquer interesse ou restrições; ou eles existem assim, ou não existem. O gemido, a dor e as lágrimas, ou comovem, ou não comovem. Não podem ser subordinados às conveniências egoísticas de um grupo. Desde que os indivíduos podem dominar tais sentimentos de humanidade, e chegam a conservar-se impassíveis diante dos sofrimentos e injustiças que outros possam padecer – estes indivíduos retrogradam moralmente. Vivendo parasitariamente, uma sociedade passa a viver às custas de iniquidades e extorsões; em vez de apurar os sentimentos de moralidade, que apertam os laços de sociabilidade, ela passa a praticar uma cultura intensiva dos sentimentos egoísticos e perversos. Os interesses coletivos, o perigo ou receio de ver escapar-se a presa podem levar os membros desses grupos parasitas a defender-se em comum, a proceder de forma a aparentar uma socialização adiantada; mas não há nisto verdadeiro progresso moral – qual consiste no horror da injustiça, independente de qualquer vantagem pessoal. Que juízo se pode fazer da beleza moral dessas almas, que passavam a existência a cortar de açoitadas as carnes de míseros escravos e que aceitavam como legítimo o viver do trabalho destes desgraçados, cuja vida será um martírio contínuo?!... Se as sociedades atuais se consideram como mais adiantadas e moralizadas que essas de dois ou três mil anos atrás, é certamente porque, hoje, nós nos interessamos pela sorte do ser humano, qualquer que ele seja, independente de qualquer restrição – de classe ou de nacionalidade. Hoje, existem verdadeiros sentimentos de humanidade, desconhecidos, quase, nessas épocas remotas.

II

É tão sensível essa degeneração moral ligada ao parasitismo, que alguns sociólogos querem considerar o crime como uma das suas conseqüências. “Para mim”, diz Max-Nordau,

O crime é parasitismo humano [o grifo é do autor]. Aí reside a verdadeira essência de todo hábito criminoso. Ele é de natureza parasitária. É isto o que o caracteriza e o define (...). Por que se tornam os homens parasitas? Sendo o estado normal o viver sobre a natureza, ou, numa civilização mais adiantada, de um trabalho útil ao

próximo, apreciado por ele e pago espontaneamente com o produto do seu próprio esforço – como sucede então que, num dado momento, certos homens mudem de natureza, saiam do princípio geral da reciprocidade, se insurjam contra a lei econômica da permuta e venham a viver como parasitas sobre outros homens? O parasitismo já é um fenômeno de degenerescência. O degenerado é um débil, e em virtude da lei do menor esforço ele procura explorar o próximo, em vez de viver com ele sobre a base das trocas equivalentes, porque isto lhe é mais fácil. Naturalmente, o mecanismo da transformação do homem social em um parasita anti-social é um pouco mais complicado. A debilidade do degenerado é em realidade uma conseqüência e um só aspecto de sua inferioridade orgânica geral. A substância nervosa é obtusa; ele é pouco sensível, às vezes mesmo insensível às impressões materiais, e esta anestesia tem como corolário uma insensibilidade moral análoga. A capacidade de inibição é pequeníssima ou nula; é-lhe impossível resistir às impulsões ou apetites. Os centros nervosos se esgotam depressa, e ele é incapaz de um esforço durável, regular, metódico... A insensibilidade que o caracteriza torna-o indiferente às misérias e aos sofrimentos que ele causa ao próximo¹⁰.

Schaeffle é mais explícito ainda, e diz precisamente o mecanismo íntimo dessa degradação: “Pelo princípio das compensações, os parasitas, pois que não despendem grande atividade nervosa, nem muscular, devem necessariamente cair nos excessos de bebida, de mesa e devassidões”.

Teoricamente, é evidente que a vida parasitária traz fatalmente a degeneração. Voltemo-nos para os fatos. Nem só o homem vive em comum; outros animais conseguiram organizar-se em sociedades, que são verdadeiros corpos harmônicos, de uma vida mais estreitamente dependente nas suas partes que a própria vida das sociedades humanas. Refiro-me às abelhas e formigas. Cada grupo destes insetos é um organismo social mais perfeito do que as nações. Se encontrarmos, na vida destes animais, exemplos de parasitismo coletivo, isto já nos instruirá um pouco quanto aos efeitos desse regime sobre o próprio grupo parasita.

Há abelhas que começam a vida como honestas operárias. Depois, um belo dia, ou talvez um dia triste, de fome, elas encontram no seu

¹⁰ Max-Nordau “Nouvelle théorie biologique du crime”, in *Revue* (antiga *Revue des Revues*), n. 20, 15 de outubro de 1902.

caminho um cortiço alheio, bem provido de mel, e põem-se a pilhá-la: desse momento em diante, estão perdidas para o trabalho honesto, e mantêm-se até o fim da vida gatunas e salteadoras. Elas se convenceram por experiência que é mais cômodo roubar que trabalhar, e preferem o que é mais fácil. Finalmente, perdem até os instrumentos de trabalho, as escovinhas que lhes guarnecem as patas e que serviam a recolher o pólen sobre as flores; e, então, a volta à virtude lhes é interdita.

É esta, efetivamente, a marcha para o parasitismo, e a síntese dos seus efeitos inevitáveis. Nas sociedades das formigas passam-se fatos análogos e, aí, eles são ainda mais expressivos, porque vamos encontrar o parasitismo em graus diversos. Há várias espécies de formigas parasitas – as chamadas formigas escravagistas, insetos que roubam os ovos de outras formigas, os transportam para os seus formigueiros, e vivem, depois, do trabalho das que nascem dos ovos roubados. Todas elas – as escravagistas – se mostram insetos degenerados, incapazes de trabalhar. Esta incapacidade, porém, é maior ou menor segundo o parasitismo é mais ou menos acentuado. A Formiga fusca, por exemplo, é escravagista, mas partilha ainda do trabalho com as escravas, se bem que seja menos hábil; a *Polyergus* já não trabalha normalmente, mas é capaz de trabalhar, quando se vê privada de escravas; a *Strongilognathus* nem trabalha, nem é capaz de o fazer – morre de fome quando não tem escravas; a *Str. testaceus*, devido a essa ociosidade normal, tornou-se incapaz até das façanhas guerreiras: “Verdadeiras caricaturas das suas antepassadas, elas conservam, é certo, os instintos belicosos, mas nas suas expedições a força física lhes trai a coragem; esgotam-se em esforços para conduzir as ninfas que conquistaram e, decerto, não o conseguiriam sem o concurso das escravas”. As *Anigates* chegam a este extremo: nos seus formigueiros só se encontram operárias escravas, por conseguinte de outra espécie; as *Anigates* operárias extinguíram-se. A *Rufescens*, à força de viver e descansar sobre o trabalho das escravas, tornou-se tão aristocrática e incapaz que não pode mais comer, se não tem uma criada que lhe leve o bocado à boca.

III

Sobre os grupos sociais humanos, os efeitos do parasitismo são os mesmos. Sempre que há uma classe ou uma agremiação parasitando sobre o

trabalho de outra, aquela – o parasita – se enfraquece, decai, degenera, extingue-se. É fato reconhecido – e geralmente mal interpretado, mas em todo caso incontestável – a decadência, por toda parte, e a extinção dos elementos que formam as classes superiores, dominantes, exploradoras, em todas as civilizações, tanto nas antigas como nas modernas. “Se se examina, com 200 anos de intervalo, diz Lapouge, a história de Roma, verifica-se que as mais ilustres dentre as famílias romanas não existem mais e que, em seu lugar, se elevam outras famílias de menor valor, saídas de toda parte, e até dos antigos escravos”. O mesmo sucede nas cidades gregas:

Os cidadãos das repúblicas não se puderam manter pela reprodução. Os 9 mil espartiatas de Licurgo estavam reduzidos a 1.900 no tempo de Aristóteles. O povo de Atenas foi obrigado muitas vezes a renovar-se pela admissão de estrangeiros. As coisas não se passam de outro modo nos tempos modernos. Todas as aristocracias, não se renovando com elementos estranhos, têm experimentado perdas graduais, que teriam produzido uma certa redução sem injunções feitas de tempos em tempos. Não há uma só nobreza na Europa cuja massa remonte a uma grande antiguidade¹¹.

Benoiston de Chateauneuf¹², num trabalho sobre “A duração das famílias nobres na França”, verifica – pesaroso, sem dúvida – que essa duração não passa de 300 anos, em média. Então, pretende o sr. Chateauneuf que sobretudo a guerra e os duelos são a causa desse enfraquecimento e extinção. Pouco adiante, porém, o escritor menciona que este mesmo fato – enfraquecimento e extinção – se nota nas famílias burguesas abastadas, bastante notáveis para que delas haja menção especial. E aqui não há nem guerras, nem duelos que expliquem o fenômeno – é a pura degeneração. Quanto às nobres, diz ele: “É por meio de adoções e substituições que muitas famílias nobres se têm continuado até nós – o nome, e não a linhagem.” Examinando 380 famílias históricas – cuja duração é de 300 anos – ele reconheceu também que a filiação direta não vai além de uma média de 10 indivíduos. Para a nobreza togada, a situação ainda é mais triste: as famílias têm uma duração média de 230 anos. Em Berna, onde a burguesia é a classe privilegiada – “onde o título de burguês era considerado como bastante precioso para ser inscrito cuidadosamente

¹¹ Littré, *Philosophie positive*.

¹² *Mémoires de l'Académie des Sciences Morales et Politiques*, Paris, 2º série, tomo V.

num registro público” – verifica-se que, sobre 487 famílias mencionadas de 1583 a 1654, restava apenas metade em 1750, e um terço em 1783. Sobre 112 famílias que compunham o conselho federal do cantão de Berna em 1653, só existiam 58 em 1796. Na Câmara dos Lordes, da Inglaterra, sobre 427 cadeiras leigas e hereditárias, 41 apenas são anteriores ao século XVII. “Tenho notado”, diz Maudsley,¹³ “que, no caso dos indivíduos que trabalharam e chegaram da pobreza à riqueza, e estabelecem solidamente a família, resulta nos descendentes uma degenerescência física e mental, que produz às vezes a extinção da família (que nestas circunstâncias se fez parasitária) na terceira ou quarta geração”.

Sob esse ponto de vista, a marcha das sociedades civilizadas nos aparece como a extinção gradual, contínua, das classes dominantes, e o seu renovamento, também gradual e contínuo, à custa das classes inferiores. Daí é que vão saindo, constantemente, indivíduos que, de uma forma ou de outra, conseguem conquistar um lugar entre os dominantes, e vêm assim suprir os claros devidos à extinção contínua dos membros dessa mesma classe. Tudo isto está bem expresso nesta palavra Única: proletário – indivíduo que deixa prole. É ele – o miserável, o inferior, o explorado – que faz prole e garante, pela sua descendência forte, a conservação da nacionalidade. No entanto, ele é o miserável; em condições normais, se o parasitismo das classes exploradoras não as debilitasse, deveriam elas proliferar muito mais que o proletário. Todo o conforto é para elas; mas nada compensa a decadência provocada pelo regime parasitário. Sob o ponto de vista social e político propriamente dito, este fato – o renovamento das classes superiores às custas de elementos provindos das camadas inferiores e da conservação das nações alimentadas por estas Últimas – sugere considerações bem interessantes. Por ora, limitemo-nos a registrá-lo; ele nos demonstra sobejamente o quanto o parasitismo social é pernicioso, sobretudo aos grupos parasitas.

¹³ *Pathology of mind*, p.234.